



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6201, DE 2019

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir isenção aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por finalidade permitir o abatimento, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), de parte do valor gasto com a aquisição da casa própria.

O projeto define condicionalidades que permitem o usufruto de tal benefício fiscal, tais como, que o imóvel seja para uso próprio, de finalidade residencial e se trata do único imóvel do contribuinte, bem como o enquadramento no Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

A proposição é uma forma de o Estado garantir o direito constitucional à moradia, permitindo ao cidadão com acesso ao SFH, por meio do benefício fiscal instituído, custear a aquisição da casa própria. Vale lembrar que o direito fundamental à moradia foi inserido por via da Emenda Constitucional nº 26, que alterou o texto do art. 6º da Constituição Federal, que passou a vigorar com a seguinte redação: “Art. 6º - são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Aliás, a proposição resgata o compromisso firmado com a comunidade das nações, na Assembléia Geral da ONU, de 10 de dezembro de 1948, onde estava previsto o direito à moradia como inerente à dignidade humana que requer e impõe à toda pessoa a faculdade de assegurar a si e a sua família, dentre outros, o direito à habitação (Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. XXV).

Um levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV) aponta que o déficit de moradias cresceu 7% em apenas dez anos, de 2007 a 2017, tendo atingido 7,78 milhões de unidades habitacionais em 2017. Aliás, diz a pesquisa que o déficit habitacional do País, que já era elevado, aumentou em mais de 220 mil imóveis entre 2015 e 2017, batendo recorde.

Especialistas e ativistas do direito à moradia informam que a redução do crédito para financiamento, o desemprego em alta e a queda na renda das famílias são responsáveis pelo novo recorde do déficit habitacional. Afirmam que desde o ano de 2014, o direito à moradia sofre com cortes maiores nos recursos do Minha Casa Minha Vida, principalmente na faixa 1, que atende a famílias de baixa renda. O aumento do desemprego e da miséria também impacta negativamente o direito à casa própria (vide avaliação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e do coordenador



SF/19755.68543-78



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

da União dos Movimentos de Moradia. Disponível em <
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/01/deficit-habitacional-bate-recorde-e-movimento-de-moradia-ve-futuro-com-preocupacao/>>).

O direito à moradia traduz necessidade primária do ser humano, condição indispensável para uma vida digna, eis que a casa é o asilo inviolável do cidadão, a base de sua individualidade e formação social, cuja importância foi realçada, já no século XVI, com a célebre frase de Edward Coke apregoando que "a casa de um homem é o seu castelo" (my home my castle).

Portanto, solicitamos o apoio dos nobre Pares para a aprovação dessa importante medida de viabilidade ao direito à moradia.

Sala das Sessões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO

PT/SE



SF/19755.68543-78

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- inciso II do artigo 5º

- artigo 12

- artigo 14

- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9250/95

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9250>

- artigo 8º